Escola Bosque

UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS DA INCLUSÃO
DA REDE MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA JULIA VIEIRA ANDRADE

GOIÁS
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Ana Júlia Vieira Andrade

Título do trabalho: Escola Bosque: uma Instituição Educacional para crianças da Inclusão da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia - GO

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Wagner De Souza Rezende**, **Professor do**

Magistério Superior, em 08/08/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Julia Vieira Andrade**, **Usuário Externo**, em 08/08/2023, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945512** e o código CRC **147A39FA**.

Referência: Processo nº 23070.043513/2023-81 SEI nº 3945512

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ESCOLA BOSQUE:
UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS DA INCLUSÃO DA REDE MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO.

ANA JULIA VIEIRA ANDRADE

GOIÁS
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Andrade, Ana Julia Vieira
ESCOLA BOSQUE – UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS DA INCLUSÃO DA REDE MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO [manuscrito] / Ana Julia Vieira Andrade. - 2023.
LIV, 54 f.: il.

Orientador: Prof. Wagner de Souza Rezende.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Arquitetura e Urbanismo, Cidade de Goiás, 2023.
Bibliografia.
Inclui siglas, mapas, fotografias, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação Infantil. 2. Inclusão. 3. Atendimento Educacional. 4. Instituição. I. Rezende, Wagner de Souza, orient. II. Título.

CDU 72

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2023 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) intitulado “Escola Bosque: uma Instituição Educacional para crianças da Inclusão da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia - GO.”, de autoria de Ana Júlia Vieira Andrade, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas - Câmpus Goiás da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo Dr. Wagner de Souza Rezende – orientador (UAECSA - CG/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Ma. Ariane Magda Borges (UAECSA - CG/UFG) e Me. Octávio Scapin Costa Pereira (EAUFMG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 8,0, tendo sido o TCC II considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Wagner De Souza Rezende**, **Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ariane Magda Borges**, **Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2023, às 21:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Octávio Scapin Costa Pereira**, **Usuário Externo**, em 03/03/2023, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3518900** e o código CRC **0327F8DF**.

Referência: Processo nº 23070.007530/2023-55 SEI nº 3518900

Resumo

O ambiente educacional é o primeiro contato da criança com a sociedade e o principal espaço para seu desenvolvimento como indivíduo de forma cognitiva, cultural e social. Para a criança que possui alguma necessidade especial, o que não a torna diferente, apenas exige uma demanda a mais de atenção e assistência para seu pleno desenvolvimento acadêmico, tem-se o de Atendimento Educacional Especializado. Diante disso, é possível e necessário analisar e pensar nas características arquitetônicas de instituições que oferecem esse tipo de atendimento e em como isso pode auxiliar no ensino e nas vivências dentro do ambiente. No seguinte trabalho foi realizado incialmente, um panorama geral a respeito da Educação Especial no Brasil e do Atendimento Educacional Especializado. Com essa contextualização é produzido um estudo de caso de um Centro Municipal de Apoio à Inclusão a partir de visitas técnicas e entrevistas com os profissionais das áreas, assim mapeando a realidade de maneira direta. Embasado nisso, o intuito final do trabalho é propor uma instituição pensada desde o princípio para o atendimento educacional a crianças da inclusão que ofereça um espaço com ambiente e estrutura que atenda de maneira adequada todas as demandas.

Palavras-chave: Educação infantil; Inclusão; Atendimento educacional;
Instituição

Abstrate

The educational environment is the child's first contact with society and the main space for their development as an individual in a cognitive, cultural and social way. For the child who has a special need, which does not make him different, it just requires an extra demand for attention and assistance for his full academic development, there is the Specialized Educational Service. In view of this, it is possible and necessary to analyze and think about the architectural characteristics of institutions that offer this type of service and how this can help in teaching and in the experiences within the environment. In the following work, an overview was initially carried out regarding Special Education in Brazil and Specialized Educational Assistance. With this contextualization, a case study of a Municipal Inclusion Support Center is produced from technical visits and interviews with professionals in the areas, thus mapping the reality in a direct way. Based on this, the final purpose of the work is to start the proposal of an institution designed from the beginning for the educational service to children of inclusion that offers a space with an environment and structure that adequately meets all demands.

Keywords: Child education; Inclusion; Educational Service; Institution

Agradecimentos

À minha avó, Francisca Vieira do Nascimento, que foi o grande pilar de toda a minha trajetória acadêmica. Quem cuidou de mim todos os dias enquanto estive fora da casa de meus pais para cursar a faculdade e a grande razão de eu conseguir estar onde estou hoje.

Aos meus pais, Norma Vieira Andrade e Átila Aquino de Andrade, que sempre me apoiaram de maneira incondicional. Me orgulho de ser quem sou hoje pois vejo em mim um reflexo de ambos.

Aos meus irmãos, Luiz Adriano Vieira Andrade e Pedro Átila Vieira Andrade por sempre cuidarem de mim.

Aos meus amigos e colegas, de vida e de universidade, que me ajudaram de diversas maneiras todos esses anos e torcem por mim.

Ao meu orientador Wagner de Souza Rezende, que me deu todo o apoio diante tantas dificuldades que enfrentei e nunca desistiu de mim

Aos meus professores que me ensinaram a enxergar o mundo sob um novo olhar e tanto me ensinaram.

"Todas as pessoas grandes foram um dia crianças, mas poucos se lembram disso".

ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY

Sumário

Introdução pg. 10

01 Educação Especial
1.1 O que é Educação Especial? pg. 11
1.2 Panorama da Educação Especial no Brasil pg. 13
1.3 Educação Especial na rede municipal de Aparecida de Goiânia - Goiás pg. 14

02 Atendimento Educacional Especializado
2.1 O que é o Atendimento Educacional Especializado pg. 14
2.2 Qual o público e os profissionais que englobam pg. 16
2.3 Equipamentos coletivos para AEE pg. 16

03 Centro Municipal de Apoio a Inclusão pg. 17

04 Referência
Hazelwood School pg. 28

05 Estudo do lugar pg. 31
5.1 Inserção urbana pg. 32
5.2 Hierarquia viária e equipamentos urbanos pg. 33
5.3 Vegetação e clima pg. 33

06 Diretrizes de projeto pg. 35
6.1 Proposta pg. 36
6.2 Implantação e cobertura pg. 41
6.3 Planta baixa pg. 42
6.4 Cortes pg. 43
6.5 Fachadas pg. 44
6.6 Perspectivas pg. 45

07 Considerações finais pg. 52

08 Referências pg. 53

Introdução

A preocupação com a inclusão e acessibilidade, principalmente das crianças, é um debate necessário e crescente na sociedade. Entretanto, além das preocupações primordiais a respeito do tema, que são os recursos de mobilidade como rampas, banheiros acessíveis e pisos táteis, há também uma carência em se falar das demandas que as deficiências apresentam, especialmente no âmbito educacional.

No Brasil o direito ao acesso e participação do aluno ao ensino regular em todos os níveis é assegurado através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para que possam ter acesso a uma educação que responda às demandas específicas do aluno, a Educação Especial se desenvolve a partir do atendimento do indivíduo com uma adaptação do sistema educativo. Isso ocorre por meio de professores especializados e atividades desenvolvidas, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para cada necessidade especial atendida em uma organização fora ou dentro do ensino regular, suprindo assim as demandas que o ensino regular não é capaz.

A principal metodologia utilizada neste trabalhado foi a de visitas técnicas em uma instituição de educação inclusiva e entrevista realizadas com os profissionais da área. Também há a de referencial teórico por meio de pesquisas e revisão bibliográfica e das principais normas e leis que dissertam a respeito do assunto, além de pesquisas em trabalhos e publicações acadêmicas.

O tema justifica-se pela importância de ressaltar a temática inclusiva e a relevância em se ter um ambiente educacional específico para a área. A arquitetura possui o poder de ser agente de transformação, e pensar um espaço para tal finalidade desde o início faz toda a diferença para aqueles que irão usufruí-lo.

Portanto, o seguinte trabalho tem como objetivo propor um projeto arquitetônico para uma instituição educacional para crianças que apresentam algum tipo de necessidade especial.

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL?

"Por Educação Especial, modalidade de educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comum de modo a garantir educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica". (POLÍTICA NACIONAL, 2008)

A Educação Especial é uma modalidade de ensino voltada para o atendimento e educação de pessoas com alguma deficiência ou superdotação. São também considerados público-alvo dessas escolas crianças com transtornos globais do desenvolvimento de acordo com o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que diz:

"Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação." (POLÍTICA NACIONAL, 2008).

Na lei a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, ou seja, o direito à educação especial tem início na educação infantil e perdura por toda a vida, inclusive, durante a graduação.

Os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral, o que difere, entretanto, é o atendimento que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do aluno e assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais para promover o desenvolvimento de potencialidades. Assim a Educação Especial se desenvolve em torno da igualdade de oportunidades, atendendo a individualidade da criança através de uma adaptação do sistema educativo. Nela, o ensino visa identificar as necessidades específicas de cada aluno e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidades para promover a plena participação de cada um. Dessa forma, todos os educandos podem ter acesso a uma educação capaz de responder às suas necessidades.

O principal objetivo dessa modalidade de ensino é garantir a esses indivíduos um direito fundamental: o acesso à educação de qualidade. Na prática, a educação especial é um importante instrumento para reduzir desigualdades e barreiras que atrapalham o desenvolvimento educacional e social de pessoas com alguma deficiência ou alta habilidade.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva considera como público-alvo da Educação Especial: pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Apresentando a seguinte classificação:

- Deficiência Intelectual: definida por alterações significativas, tanto no desenvolvimento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais;

- Deficiência Física: definida pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções;

- Baixa Visão: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória na medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

- Cegueira: acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ausência total da visão até a perda da percepção luminosa;

- Surdocegueira: trata-se de deficiência única,caracterizada pela deficiência auditiva e visual concomitante. Essa condição apresenta outras dificuldades além daquelas causadas pela cegueira e pela surdez.

- Deficiência Múltipla: definida pela associação de dois ou mais tipos de deficiência, intelectual, visual, auditiva e física.

- Transtorno Globais do Desenvolvimento: prejuízo no desenvolvimento da interação social e da comunicação pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem; naqueles que a possuem, pode haver uso estereotipado e repetitivo ou uma linguagem idiossincrática; repertório restrito de interesses e atividades; interesse por rotinas e rituais não funcionais. Manifesta-se antes dos 3 anos de idade. Prejuízo no funcionamento ou atraso em pelo menos umas das três áreas; interação social, linguagem para a comunicação social, jogos simbólicos ou imaginativos.
- Em 2013, na quinta revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM-V), foi abolida a classificação por subtipos, e proposta a categoria diagnóstica Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), porque a comunidade científica considerou o transtorno autista, o transtorno de Asperger e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação não são desordens distintas, mas parte de um espectro único e contínuo de médio a severo prejuízo, nos domínios da comunicação e dos comportamentos/interesses restritos e repetitivos (American Psychiatric Associaton, 2013).

- Altas Habilidades/superdotação: são aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer umas das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

1.2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

O atendimento às pessoas com deficiências no Brasil teve início no século XIX com a criação de duas instituições no Rio de Janeiro: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC) em 1854 e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857 (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES). Já no início do século XX no ano de 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado em atendimento às pessoas com deficiência mental e em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Nota-se, portanto, que a atenção para o atendimento de pessoas com deficiência não é algo que teve princípio recentemente, entretanto, apesar da longa data desde o início desse tipo de atividade, ainda há uma vasta demanda de torná-la mais ampla e acessível a todos os que a necessitam. Em 1961, a partir da Lei nº. 4.024/61 que dispõe as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelo direito à educação dentro de um sistema de ensino geral. Entretanto, com a Lei nº. 5.692/71 altera a LDBEN ao definir um tratamento especial para alunos com

deficiências físicas e mentais, reforçando o encaminhamento desses alunos para instituições próprias para atendê-los. Um pouco mais de dez anos após essas leis, em 1973, o Ministério da Educação (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP para gerenciar a educação especial no Brasil e impulsionar as ações educacionais da área. Apesar disso, ainda não é organizado um atendimento especializado para os alunos que necessitam de tal, permanecendo a ideia de políticas especiais sem de fato serem efetivadas.

Desde então, uma série de leis e portarias promoveram diretrizes e normas acerca da educação especial em suas diversas esferas patológicas para organizar e garantir o seu acesso. Em 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, estabelece o sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino e assegura a inclusão. A partir de então, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos com o objetivo de promover no currículo da educação as demandas existentes e de desenvolvê-las. Desse modo, no ano de 2008 o governo brasileiro apresenta através do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visando constituir políticas públicas que promovam uma educação inclusiva de qualidade.

"A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas." (POLÍTICA NACIONAL, 2008)

1.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Aparecida de Goiânia é um município do Estado de Goiás, localizado na Região Metropolitana de Goiânia, com uma população de 511.978 habitantes (IBGE, 2015). Nos seus aspectos geográficos, o município integra a Microrregião de Goiânia, estando situado a 18 quilômetros do centro da capital do Estado, pela BR 153. Nos aspectos econômicos, o município tem, em sua pequena extensão rural, atividades na pecuária com a criação de gado bovino para corte e produção de leite, e atividades na indústria extrativa de areia para a fabricação de tijolos e construções

Para atender à demanda populacional, a rede pública municipal de educação de Aparecida de Goiânia conta com 104 unidades escolares, sendo 56 escolas municipais;, 05 Educação de Tempo Integral; 32 CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil); e 11 instituições conveniadas, que oferecem o atendimento na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Todas as unidades atendem juntas a uma população de 49.005 alunos.

O trabalho de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, começou a ser sistematizado na Cidade de Aparecida de Goiânia, a partir do ano de 2003. Nesse ano, a Superintendência de Ensino Especial do Estado de Goiás (SUEE/GO) expediu o Oficio nº 013/03 (GOIÁS, 2003) para a SME de Aparecida de Goiânia, no qual orientava a mesma a se adequar às exigências legais da política de Educação Especial, firmando o compromisso por meio de um termo de adesão e aderindo ao Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva - PEEDI.

Com o objetivo de se adequar às novas orientações legais, a partir do ano de 2004, foi iniciado o serviço de educação inclusiva na rede de ensino. Nos anos subsequentes, com vistas a se adequar à atual política de educação inclusiva (BRASIL, 2008), verificou-se uma ampliação na forma de organização, estruturação e implementação do atendimento às crianças com deficiências na rede municipal de ensino. E em se tratando dos direcionamentos voltados para os alunos público-alvo da educação especial, as ações são desenvolvidas tanto na classe comum quanto nas salas de recursos multifuncionais por meio do AEE, conforme disposto pela política nacional inclusiva (BRASIL, 2001a; 2008; 2009; 2010a; 2011).

2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

2.1 O QUE É O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008:

"A Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela".

Assim, de acordo com a legislação, a educação especial tem como principais objetivos oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), capacitar os professores e proporcionar às escolas e aos alunos os recursos, serviços e as orientações necessárias para garantir a acessibilidade. Ou seja, é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. É organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e a participação do aluno que se engloba no público alvo da educação especial na escola regular. Constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, embora participar do AEE seja uma decisão do aluno ou de seus responsáveis, além disso, de acordo com a lei, ocorrerão adaptações no currículo, método, técnicas e recursos, de acordo com as necessidades individuais do aluno.

O ensino oferecido no Atendimento Educacional Especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se com um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível. O AEE é preferencialmente realizado no período inverso ao da sala comum frequentada pelo aluno e na própria escola, entretanto ainda há a possibilidade desse atendimento acontecer em outra unidade escolar mais próxima à sua residência, ou em algum centro especializado. Nesse contexto, a educação especial pode ser ofertada em escolas de ensino regular ou em instituições especializadas para o público alvo da educação especial.

Assim, na organização dessa modalidade na educação básica, devem ser observados os objetivos e as diretrizes da política educacional, atendendo o disposto na legislação que assegura o acesso de todos a um sistema educacional inclusivo, onde se destacam: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), define, no art. 208, a educação como um direito de todos e, no art. 208, inciso III o atendimento educacional especializado (AEE) às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art.24 que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os niveis.

2.2 QUAL O PÚBLICO E OS PROFISSIONAIS QUE ENGLOBAM

O Atendimento Educacional Especializado, AEE, é assegurado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, física, múltipla, visual, auditiva, intelectual, baixa visão, em diferentes níveis e complexidade; Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades e Superdotação.

Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. A educação especial exige do professor a capacitação necessária para que ele consiga auxiliar na promoção dos alunos com deficiência, TGD ou superdotação, sem pré-julgamento ou discriminação.

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado: Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação; Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares e promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

2.3 EQUIPAMENTOS COLETIVOS PARA AEE

O espaço físico onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado, possui mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público alvo da Educação Especial. Dentre estes pode-se destacar: barras de corrimão, cadeira de rodas, rampas de acesso, tatame, televisor, caixa de som, computador com teclado adaptado, alfabeto braille, alfabeto de encaixe em libras, alfabeto móvel e sílabas, alinhavos, caixa tátil, esquema corporal, jogo de damas adaptado, kit de luvas manuais, memória tátil, blocos de montagem, livros adaptados, tapete de alfabeto encaixado, notebook, tablet, dentre outros.

Inspiração:
uma análise imersiva em um Centro Municipal de Apoio a Inclusão

CMAI - Centro Municipal de Apoio a Inclusão

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O CMAI começou a ser idealizado em 2005 (dois mil e cinco) por um grupo de pedagogas que participavam de uma empreitada para pensar o futuro das escolas no século XXI. Antônia Eterna Lemes, atualmente com 69 anos, em 2005 (dois mil e cinco), atuava como chefe da divisão do ensino fundamental do município de Goiânia e foi quem esteve à frente da ideia inicial de propor um ambiente que pudesse atender as crianças que possuem necessidades especiais.

Porém, diferente das instituições existentes na cidade que já faziam esse tipo de trabalho, mas que abarcavam apenas o público que possuía um alto grau de deficiência ou doença severa, a proposta para esse novo projeto era de um lugar que atendesse todos os tipos de necessidades especiais independente do tipo e grau. Em entrevista concedida, Antônia Lemes, pedagoga pós graduada em educação e primeira gestora do CMAI, conta que a proposta para a fundação do CMAI foi apresentada em 2005 (dois mil e cinco) e oficialmente instaurada em 2006 (dois mil e seis). Na época, o edifício que funcionava na Escola Municipal de 1º grau Maria Thomé Neto foi

concedido pelo governo para funcionar o centro de apoio que continuou com o mesmo nome de Maria Thomé.

Como anteriormente dito, a ideia do Centro Municipal de Apoio à Inclusão desde o início foi a de ser um espaço além dos atendimentos, que pudesse ser um apoio também às famílias com diferentes formas de assistência. Foram algumas delas: oficinas de culinária e artesanato para ajudar na arrecadação de verba para as famílias, concessão de passe de ônibus para o deslocamento, entre outros. Apesar dessas assistências não acontecerem mais atualmente, nasceu uma rede de suporte coletivo que tornou-se referência na sociedade rapidamente.

O Centro foi proposto para funcionar de imediato em duas unidades em diferentes pontos da cidade. O seguinte estudo de caso trata-se de um dos dois equipamentos do tipo existentes, o CMAI Maria Thomé Neto localizado no Setor Nova Suíça.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Localização: Rua C-165 Qd. 588 Nº 77 - Setor Nova Suíça - Goiânia - GO, 74275-170.

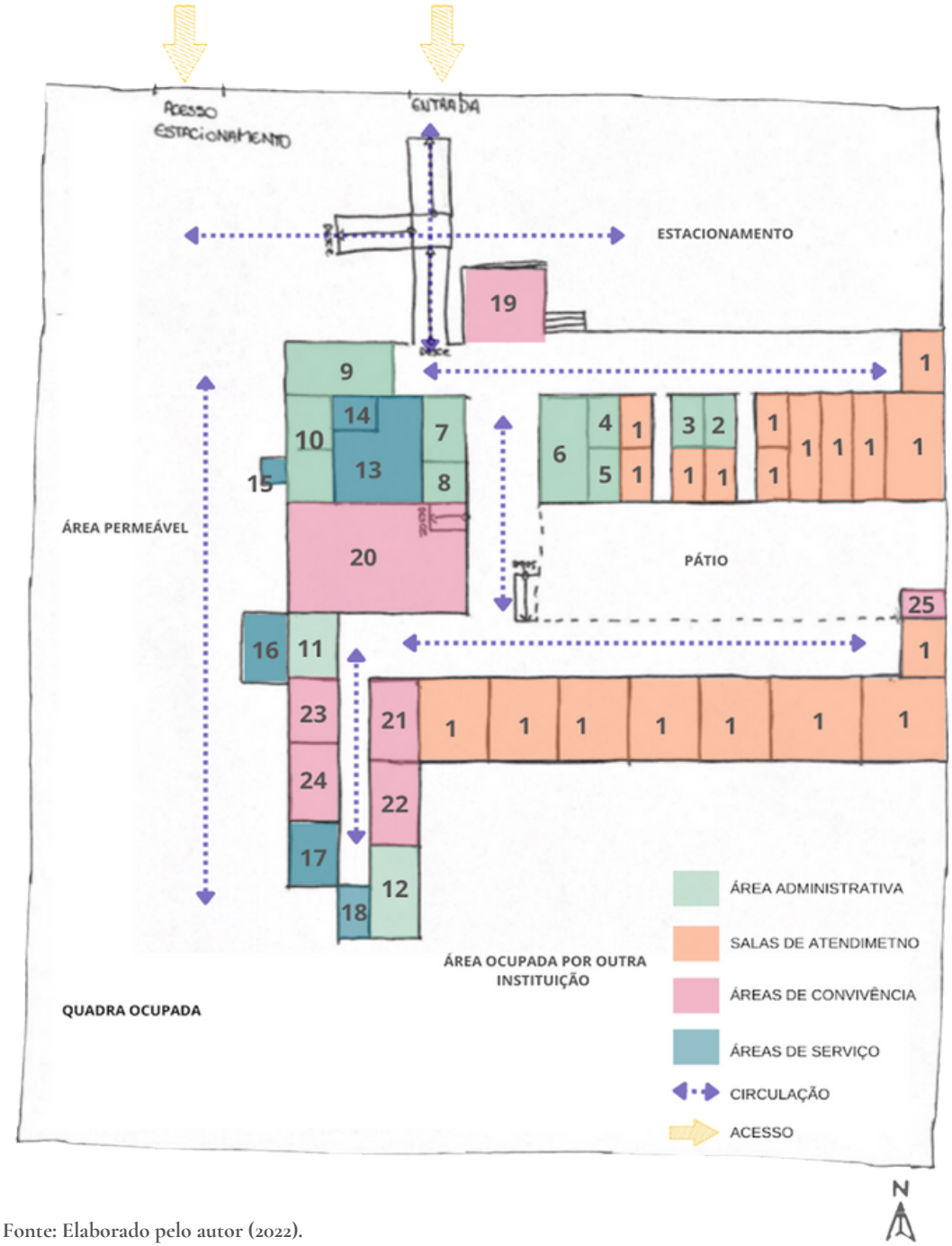
Para o seguinte estudo de caso, foram realizadas visitas ao local para levantamento da estrutura e acervo fotográfico. Além disso, foi realizada uma entrevista coletiva com o grupo de professoras que atuam na instituição, sendo então coletado dados diretos dos fluxos e problemáticas que ocorrem na edificação e no funcionamento orgânico do dia-a-dia.

A priori, onde localiza-se o CMAI Maria Thomé Neto, funcionava a Escola Municipal de 1º grau Maria Thomé Neto, inaugurada no mandato do então prefeito Francisco de Freitas Castro em Maio de 1978 (mil novecentos e setenta e oito). A escola passou por uma ampliação em sua estrutura no ano de 1995 (mil novecentos e noventa e cinco) e em 2006 (dois mil e seis) transformou-se em um Centro Municipal de Apoio à Inclusão com o mesmo nome da até então escola, mantendo a mesma estrutura física entretanto com uma proposta diferente.

A seguinte imagem traz um croqui esquemático de como a edificação modula-se produzida a partir das visitas feitas ao local. Não há arquivo com o projeto original e nem com as modificações feitas ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).



1. Salas de atendimento
2. Arquivo
3. Depósito
4. Diretoria
5. Coordenação
6. Sala de reunião
7. Apoio
8. Apoio 2
9. Secretaria
10. Apoio 2
11. Convivência dos funcionários
2. Copa
13. Cozinha
14. Despensa
15. Casa de gás
16. DML
17. Depósito
18. Depósito
19. Espera
20. Refeitório
21. Sanitário 01
22. Sanitário 02
23. Sanitário 03
24. Sanitário Acessível
25. Convivência

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O CMAI atualmente oferece 192 (cento e noventa dois) vagas para crianças e/ou adolescentes da rede pública de educação a partir dos 3 (três) anos de idade, sendo 140 (cento e quarenta) dessas vagas já preenchidas e divididas entre os períodos matutino e vespertino. A instituição conta com um quadro de 15 (quinze) educadores que trabalham de forma organizada por equipes onde cada equipe é composta por 3 (três) ou 4 (quatro) professores que atendem o mesmo grupo de crianças, além dos outros profissionais que compõem um equipamento do tipo.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS			
SETOR	PERÍODO		TOTAL
	MATUTINO	VESPERTINO	
Professores	15	15	30
Administração	10		15
Secretaria	2		2
Limpeza	4	4	8
Cozinha	4		4
Servidores adaptados de função	2	2	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Hoje, o padrão de funcionamento na instituição é de 3 (três) atendimentos por período, tendo eles uma média de 50 (cinquenta) minutos de duração com intervalo de 10 (dez) minutos. Entretanto, isso pode variar de acordo com o grau de comprometimento da criança, considerando que os atendimentos envolvem atividade de estimulação cognitiva, estimulação de linguagem e a psicomotricidade.

Essas atividades ajudam a desenvolver o movimento, a comunicação e a expressão corporal com aplicação de técnicas que trabalham a psique e o sistema motor do indivíduo de forma conjunta. Por conseguinte, as salas exigem um layout com mobiliário e materiais que atendam essas metas e estimule os processos de aprendizagem, sendo eles módulos de madeira, colchonetes, bancos, bolas, brinquedos e tecidos, entre outros materiais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para a realização dos atendimentos, não faz-se necessário a presença de um responsável pela criança dentro da sala, porém é imprescindível que um acompanhante esteja dentro do CMAI por todo o período, sendo ele o responsável pela troca de salas entre os atendimentos. Em decorrência disso, surgiu a demanda de atividades que ocupassem o tempo ocioso dos responsáveis que ali ficam à espera das crianças em atendimento e então houve a criação de oficinas. Tais oficinas, nascem como uma ação de ocupação do tempo e de auxílio, mas acabaram também tornando-se uma fonte de renda extra para esses acompanhantes, pois podiam vender tudo o que ali produziam. Essas atividades entretanto, trata-se no passado por não permanecer ocorrendo atualmente, pois, posteriormente ao retorno do funcionamento da instituição presencial após o período de isolamento em decorrência da pandemia do COVID - 19, ainda não houve o retorno das oficinas.

Além dessas oficinas ofertadas, também há um espaço para o entretenimento de outras crianças, geralmente irmãos dos alunos atendidos, as quais não fazem parte do quadro de atendimento, mas precisam estar ali junto com os acompanhantes pois não há outro familiar ou responsável que possa cuidar.

Diante disso, é relevante ressaltar a importância de uma organização institucional que não cumpra o papel de acolher somente as crianças, mas também o núcleo familiar envolvido. Uma estrutura devidamente pensada para atender tais demandas pode tornar-se uma estrutura capaz de ser um agente transformador de dezenas de realidades as quais ali participam.

A parte do refeitório conta com um espaço coletivo e uma cozinha que opera na oferta de alimentação, entretanto apenas das crianças atendidas, com uma estrutura que não apresenta as condições ideais de funcionamento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os professores fazem a utilização de uma copa de maneira ainda improvisada para seu uso. Em conversa com os profissionais houve a pontuação da demanda de terem um espaço reservado a eles para fazerem suas refeições e até mesmo para terem momentos de pequenas confraternizações internas, pois a priori o espaço que eles tinham para isso era o de em comum com os alunos. Portanto, um antigo ambiente sem uso foi designado para compreender esse espaço. A estrutura conta com quatro banheiros, sendo um misto, dois divididos entre masculino e feminino, e um banheiro acessível. Os mesmos são de uso comum, não havendo divisão de uso entre profissionais e educandos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao todo, o imóvel conta com estacionamento, salas de aulas, banheiros, salas administrativas e de apoio, cozinha, depósitos, refeitório, pátio e uma quadra poliesportiva inativa. É possível notar o sucateamento da estrutura pelo seu tempo de existência e como ele foi adaptando-se conforme as necessidades crescentes. De acordo com a diretoria da instituição, há a intenção da realização de reforma em todo o edifício conforme a verba for sendo liberada pela prefeitura, a começar pelas salas onde funcionam a diretoria, a qual já houve uma recente restauração. A reforma contou principalmente com a criação de um novo layout e a restauração da pintura. Nota-se a instalação de ar condicionado nos ambientes, ato que ocorreu nas salas de atendimento também, o que de acordo com os profissionais entrevistados, foi a maior conquista que tiveram nos últimos tempos na estrutura da edificação. A próxima meta é a reforma completa da cozinha e refeitório.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em entrevista com os profissionais da instituição, foram apontados alguns conflitos e demandas presentes na estrutura do equipamento, sendo a questão da acessibilidade o principal item ressaltado. A norma ABNT-NBR-9050 específica a acessibilidade de espaços, edificações e mobiliários seguindo critérios técnicos a serem implantados em projetos para que haja as condições adequadas de mobilidade de maneira universal. A partir desta, é possível identificar diversas complicações causadas pela má acessibilidade existente, principalmente em relação às rampas de acesso.

O exemplo a seguir mostra a rampa localizada logo na entrada do CMAI, sendo o principal acesso à instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

É possível notar sem grandes especificações técnicas que o equipamento não corresponde à exigência que estabelece a inclinação necessária para que o desnível seja vencido de maneira correta e confortável para o usuário. A ABNT NBR 9050/2020 determina uma inclinação máxima de 8,33% considerando as dimensões da rampa e desnível local para garantir a acessibilidade, sendo assim mais suave a subida para o cadeirante.

Outro conflito apresentado na estrutura são as dimensões das salas de atendimento. Antes como sala de aula de ensino regular, dispunham de uma medida padrão de 7x7m (sete por sete metros) e para o ganho de espaço e atendimento da demanda foram fracionadas em duas ou mais salas. Deste modo, atualmente grande parte das salas de atendimento do CMAI apresentam a seguinte configuração:

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nota-se uma sala comprida e de pequena largura que impossibilita grandes mudanças de layout ou atividades que exigem um espaço fora de uma mesa. Além disso, é possível reparar na imagem abaixo como a adaptação das salas forçam uma ruptura com a janela bruscamente interrompida. Não houve a troca e recolocação das janelas de acordo com o novo formato.

Outro ponto é a situação da quadra poliesportiva a qual encontra-se inutilizável para os seus devidos fins e tornou-se um espaço concedido para abrigar algumas instâncias da Secretaria Municipal de Educação construídas provisoriamente. Com exceção dessa parte da quadra poliesportiva, toda a edificação é de uso exclusivo do Centro Municipal de Apoio à Inclusão.

Referência

Hazelwood School

LOCALIZAÇÃO: Glasgow, Escócia, Reino Unido
ANO: 2007

Hazelwood School é uma escola para crianças e jovens com deficiências visuais, auditivas, de modalidade e cognitivas. Sua base atende até 60 alunos, na faixa etária de 3 a 18 anos e que precisam de apoio vitalício.
Localizada em um terreno público, ao redor de uma área de conservação com casas residenciais e torres de edifício, sua implantação foi pensada de forma a garantir a acessibilidade dos estudantes.

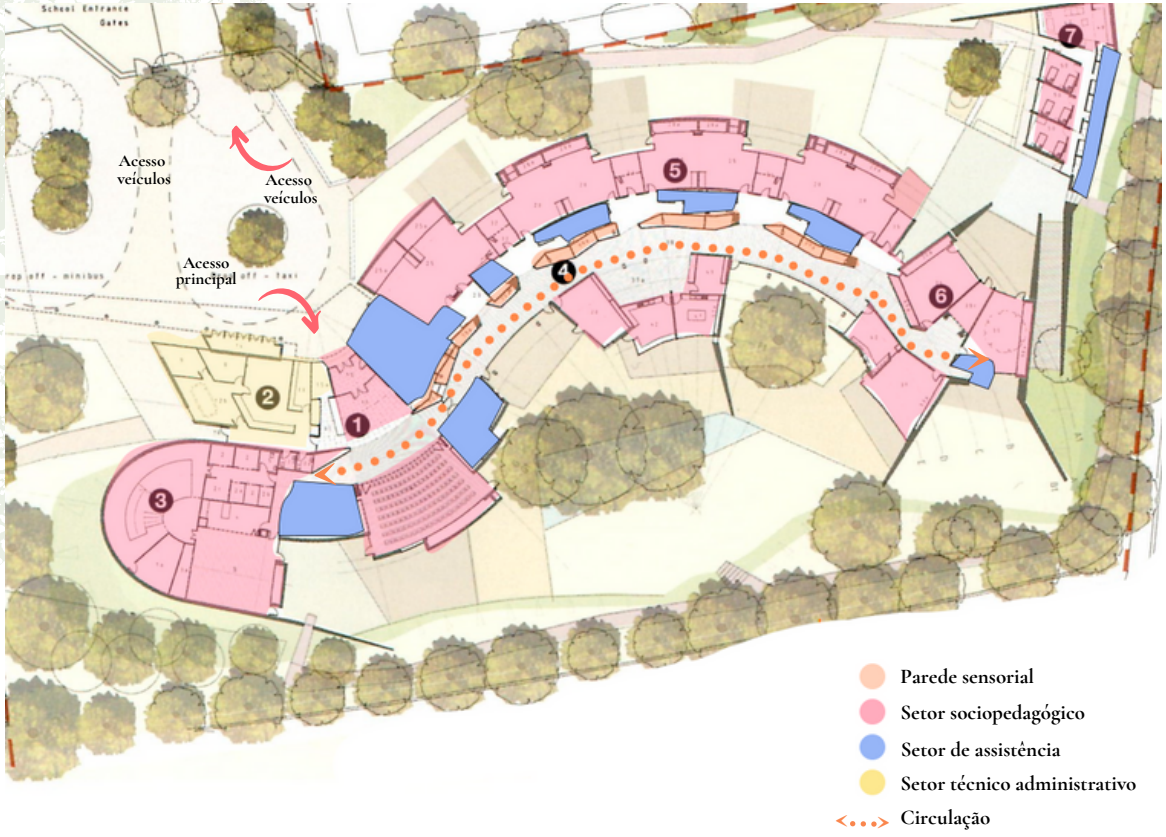
Fonte: Google maps

Fonte: https://architizer.com/idea/186084/

Sua planta é desenvolvida e pensada de forma a simplificar os espaços, para que sejam acessíveis aos alunos, e diminuir possíveis dificuldades de mobilidade. A faixa tátil no piso do canto direito do corredor central e as texturas nas paredes em madeira do lado esquerdo do corredor é um exemplo de facilitadores da mobilidade na circulação central.

Os ambientes se interligam através desta circulação central, que conta com um pátio interno, e também acompanham o desenho de sua volumetria, sendo dimensionados de forma curva. Essa junção entre forma curvilínea e corredor central, funciona como um percurso sensorial em que o aluno pode se sentir curioso com o final do percurso, por exemplo, gerando foco e atenção, já que ele transita sem ter visão total do que há no fim do corredor. As materialidades dessa circulação também reforçam aguçam os sentidos, pois instiga o tato do observador, guiando-o até do inicio ao fim.

Na fachada norte se encontram os ambientes educacionais, pois esta permite maior incidência da luz solar. Na fachada oeste está localizado o setor administrativo, a piscina e a área de ginástica. Na orientação leste, com menor incidência solar, localiza-se a biblioteca.



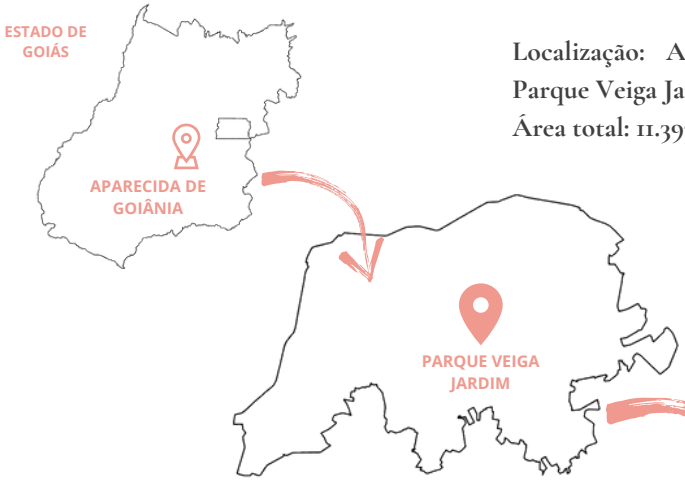
Fonte: https://br.pinterest.com/pin/100254356702700142o/

Estudo do lugar

Inserção urbana

Para a escolha de um terreno que seja compatível com a proposta, é necessário levar em consideração fatores como: região com maior acolhimento possível de alunos, infraestrutura urbana adequada e fácil acesso por meio da rede de transporte público. Por tais razões, o terreno escolhido para a proposta encontra-se em uma região próxima ao centro do município. Considerando a quantidade de alunos da rede inclusiva e de suas localidades, a partir dos levantamentos feitos pela Superintendência Pedagógica Coordenadora de Inclusão Escolar da Secretaria de Educação de Aparecida de Goiânia - GO, o terreno escolhido para a implantação da instituição proposta localiza-se no bairro Parque Veiga Jardim.

A área escolhida encontra-se em uma região desenvolvida e bem posicionada pois trata-se de uma zona de fácil acesso e com a infraestrutura necessária para atender a serviço proposto de maneira eficiente. O bairro é majoritariamente residencial, entretanto possui uma boa quantidade de equipamentos importantes próximos, como por exemplo uma Unidade de Saúde Básica - a UBS Veiga Jardim e 7º Batalhão de Bombeiro Militar



Localização: Av. Olavo Costa Campos - Parque Veiga Jardim
Área total: 11.393,59 m²

Hierarquia viária e equipamentos urbanos

vista da rua sentido leste

vista frontal do terreno

vista da rua sentido oeste

LEGENDA

- FARMÁCIAS
- SUPERMERCADOS
- ESCOLAS
- PONTO DE ÔNIBUS
- VIA LOCAL

Todos os acessos diretos ao terreno são feitos por vias locais, portanto, trata-se de uma área onde não há tráfego intenso de veículos.

Vegetação e clima

O terreno não possui nenhuma curva de nível passando e apesar de considerável arborização no entorno não há nenhum tipo de vegetação. Por ser uma área plana, o local é utilizado de modo informal pelos moradores como um campo de futebol.

VENTO QUENTE ÚMIDO

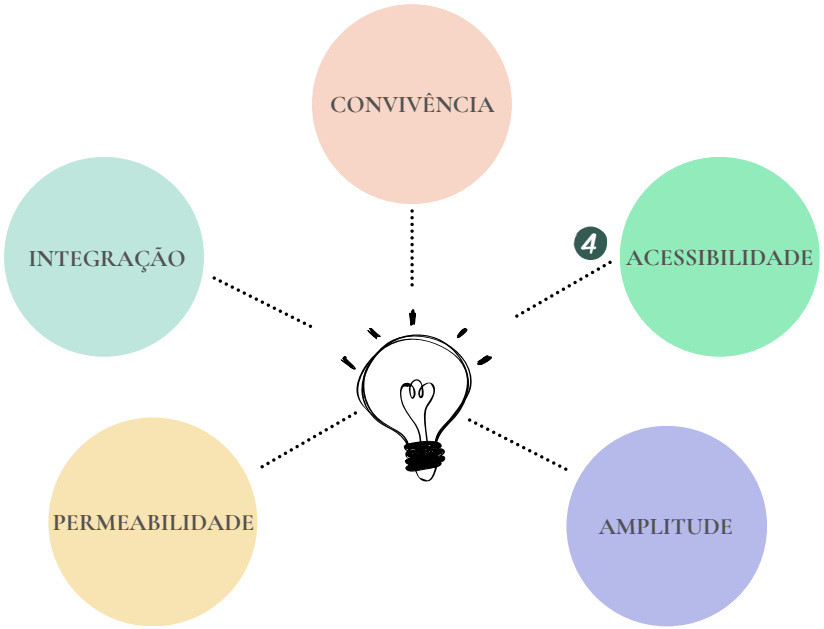
VENTO QUENTE SECO

Diretrizes de projeto

Proposta

Tendo em vista a inexistência de um centro exclusivo de Atendimento Educacional Especializado no município de Aparecida de Goiânia e a crescente demanda pelo serviço, este trabalho propõe uma Instituição Educacional para Crianças da Inclusão da rede municipal de Aparecida de Goiânia - GO.

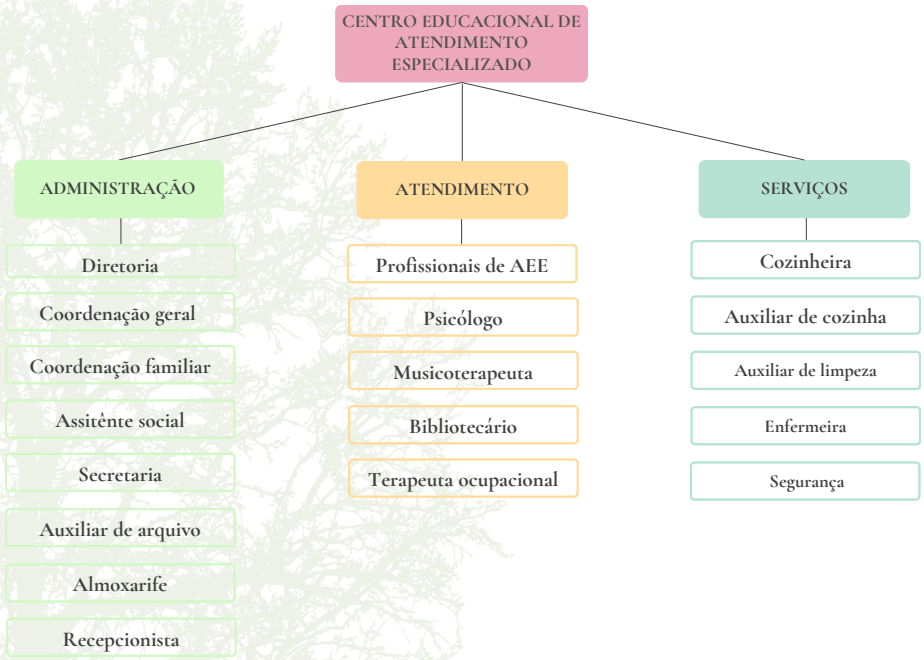
O objetivo do projeto é produzir uma arquitetura para cerca de 300 alunos que possua a estrutura preparada para o desenvolvimento infantil, humanize os espaços e produza áreas que cativem a permanência tanto das crianças quantos dos profissionais. Como partido para tais ideais, o projeto se forma a partir da busca de criar um local que acolha e inspire os seus alunos e comunidade externa com os seguintes pontos:



Para essa proposta de equipamento, pensando em um público de 300 alunos faz-se uma estimativa de cerca de 40 servidores que irão atuar na instituição dentro dos seguintes setores produzidos:

O projeto prevê o setor Administrativo para 10 funcionários, Serviços para 10 funcionários e Pedagógico para 20 funcionários. O setor pedagógico, e principal ponto deste projeto, contará com pedagogos para o AEE (Atendimento Educacional Especializado), psicólogo, terapeuta ocupacional, bibliotecário, musicoterapeuta e fisioterapeuta.

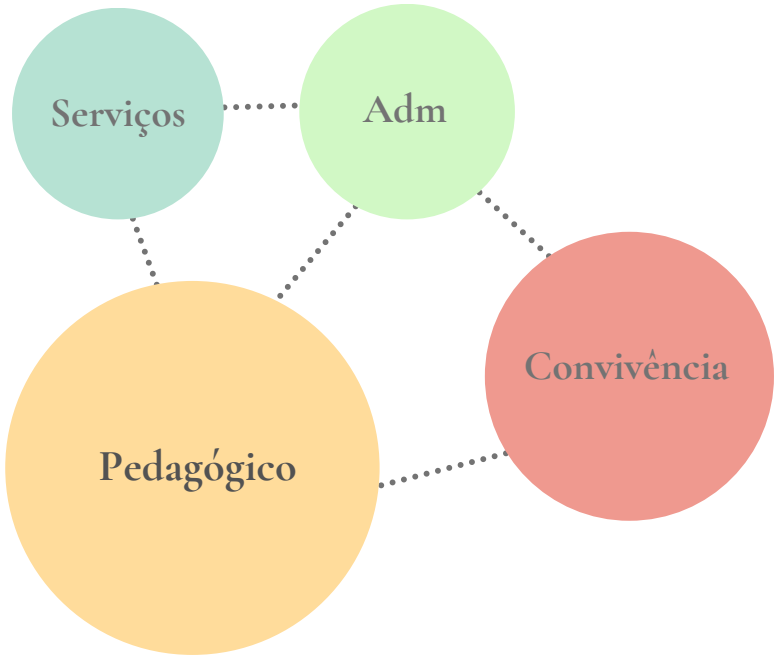
A partir dessa divisão de departamentos é possível produzir um organograma da estrutura que irá gerar o devido funcionamento da instituição:



O Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Plano Nacional da Educação obtém algumas diretrizes para propostas de projeto escolar. Entretanto, de acordo com Kowaltowski (2011), as literaturas acerca do assunto apresentam alguns parâmetros de projeto que não condizem com a realidade brasileira por muitas vezes basear-se em realidades de outros países. Portanto, além de ressaltar os pontos do ambiente escolar que influenciam na educação e relacionar o aspecto físico do ambiente ao currículo escolar, o autor trabalha as estruturas das escolas brasileiras e propõe orientações para a construção de um espaço mais sensitivo.

Desta maneira, o seguinte programa de necessidades nasce a partir das diretrizes de projeto escolar regular, diante da carência de diretrizes mais específicas para a Educação Especial, entretanto com o acréscimo das necessidades existentes e analisadas no levantamento in loco na instituição referida no estudo de caso. Além disso, é também considerado os espaços que os entrevistados sugeriram e apontaram como uma demanda existente.

A instituição será dividida em quatro setores: administrativo, onde acontecerá todos os serviços administrativos e de atendimento ao público externo; pedagógico, com os espaços para os atendimentos das crianças; convivência, com ambientes de uso comum a todos e de áreas livres; serviços, responsáveis pela manutenção de toda a estrutura e os acessos.



Administrativo

DIRETORIA	10m²
COORDENAÇÃO	10m²
COORDENAÇÃO FAMILIAR	10m²
ASSISTÊNCIA SOCIAL	10m²
SECRETARIA	10m²
ARQUIVO	25m²
ALMOXARIFADO	25m²
SALA DE REUNIÕES	40m²
RECEPÇÃO	30m²

Pedagógico

SALA DE ATENDIMENTO	35m²
BIBLIOTECA	200m²
SALA MULTIUSO	40m²
PSICOLOGIA	20m²
TERAPIA OCUPACIONAL	20m²
MUSICOTERAPIA	25m²
SANITÁRIOS	40m²

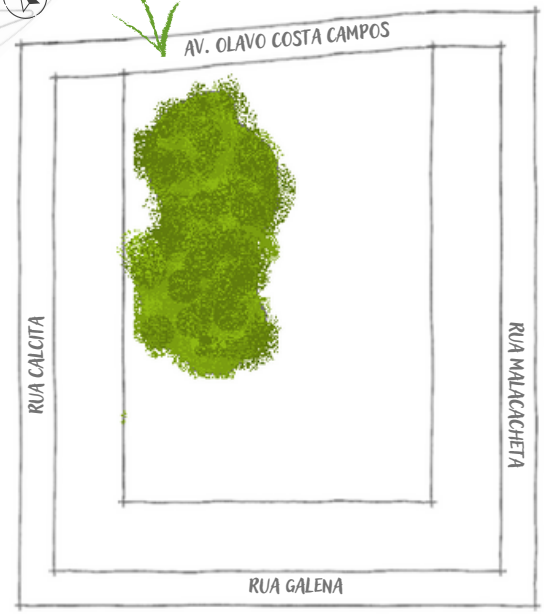
Convivência

REFEITÓRIO	200m²
SANITÁRIOS	40m²
QUADRA POLIESPORTIVA	432m²
DEPÓSITO	10m²

Serviços

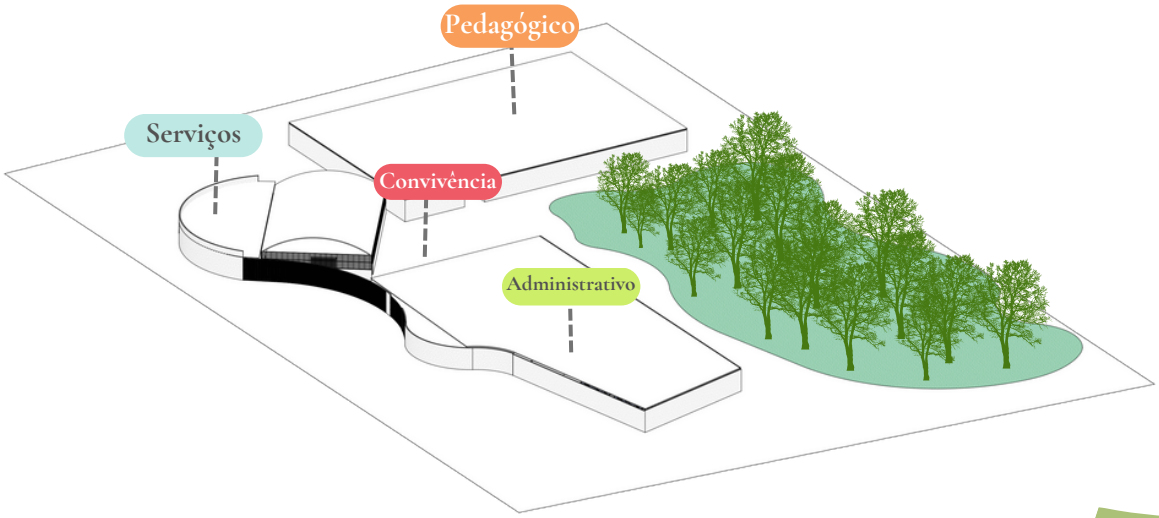
COZINHA	40m²
DESPENSA	15m²
ÁREA DE SERVIÇO	15m²
DML	3m²
SANITÁRIO/VESTIÁRIO	12m²
COPA	20m²
ENFERMARIA	10m²

Considerando que o terreno atualmente é utilizado de forma espontânea pelos moradores da região como um grande campo de futebol público, o primeiro passo para iniciar tal projeto foi o da concepção de um bosque no intuito de, ao menos uma parte da área, continuar sendo de uso público pela população local.



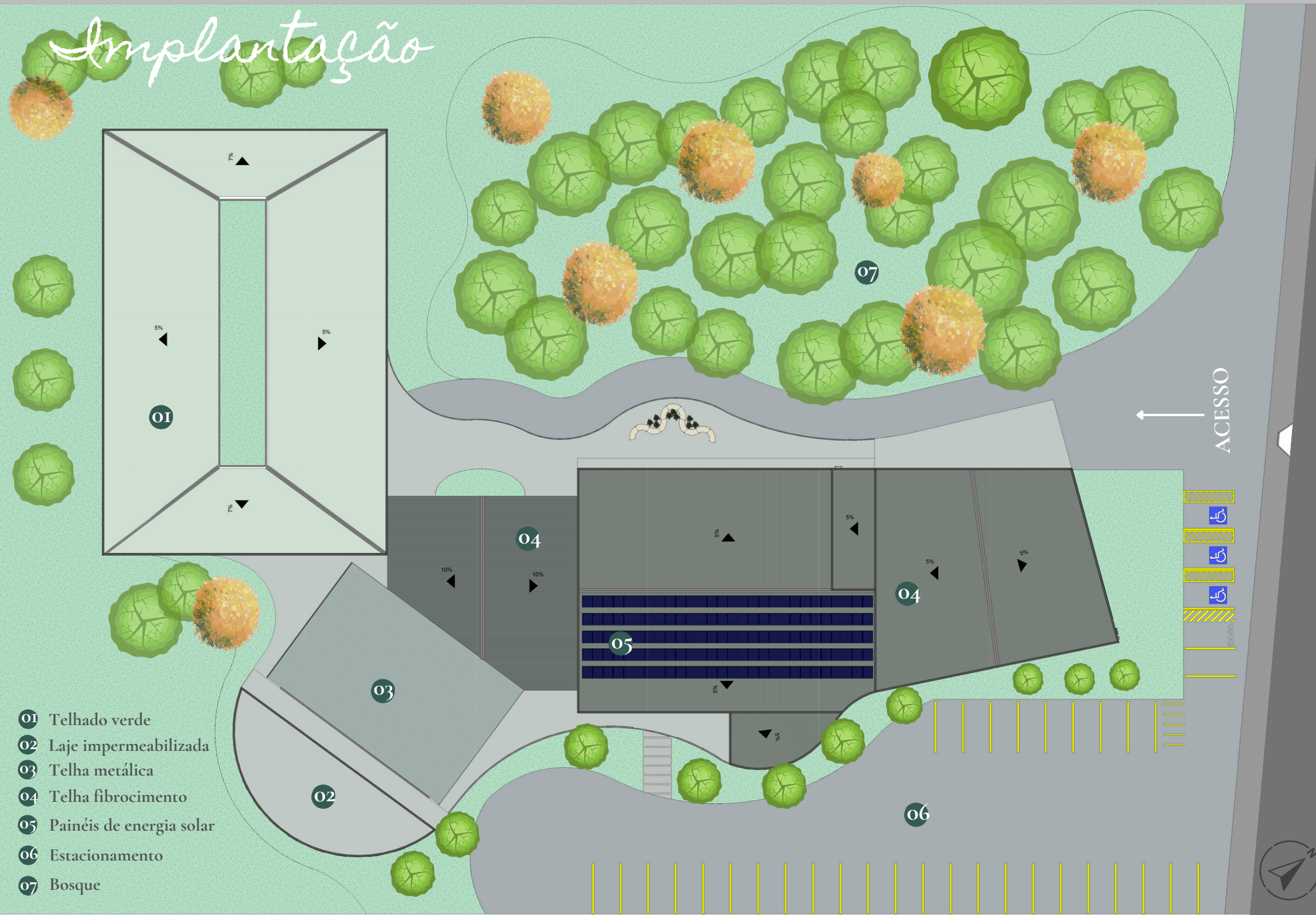
Diante disso, o partido arquitetônico do projeto nasce a partir dessa massa verde na intenção de criar um edificação que abrace o paisagismo pré existente proposto e crie uma conexão e mesclagem entre paisagem e arquitetura.

O setorização se divide entre os quatros blocos com a ideia de criar essas volumetrias que sejam conectadas por uma ampla área de convivência, assim tornando-a o coração da edificação e promovendo a conexão entre todos os setores da instituição. Deste modo, o setor da convivência é locada entre o administrativo e o pedagógico, e o serviço é locado ao fundo da convivência permanecendo mais reservado e ao mesmo tempo próximo a todos os outros setores.



Projeto

Implantação

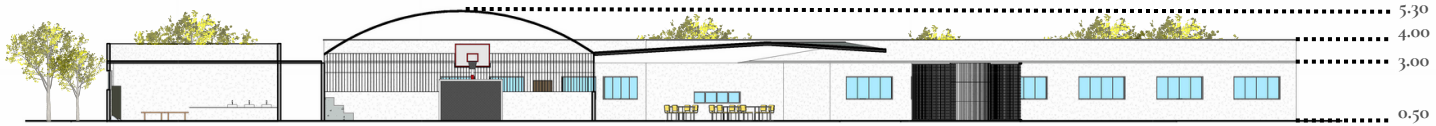


01 Telhado verde
02 Laje impermeabilizada
03 Telha metálica
04 Telha fibrocimento
05 Painéis de energia solar
06 Estacionamento
07 Bosque

Planta baixa

01 Salas de atendimento
02 Salas de atendimento
03 Musicoterapia
04 Copa
05 DML
06 Despensa
07 Cozinha
08 Sanitários
09 Enfermaria
10 Circulação de serviço
11 Vestiário
12 Depósito
13 Quadra poliesportiva
14 Pátio/Refeitório
15 Coordenação
16 Assistência social
17 Diretoria
18 Apoio pedagógico
19 Secretaria
20 Sala de reunião
21 Sala dos professores
22 Biblioteca
23 Auditório
24 Mídia house
25 Hall entrada
26 Hall de espera
27 Estacionamento
28 Bosque

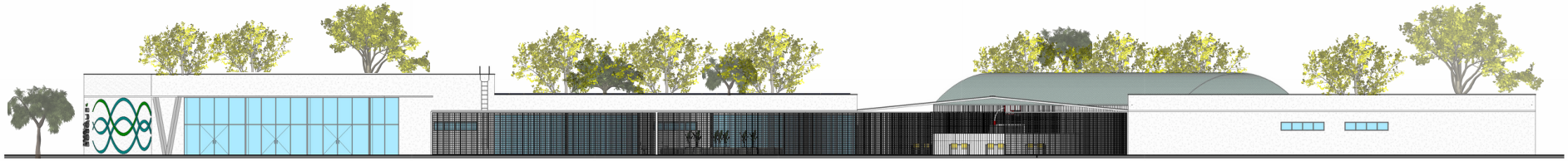
Cortes



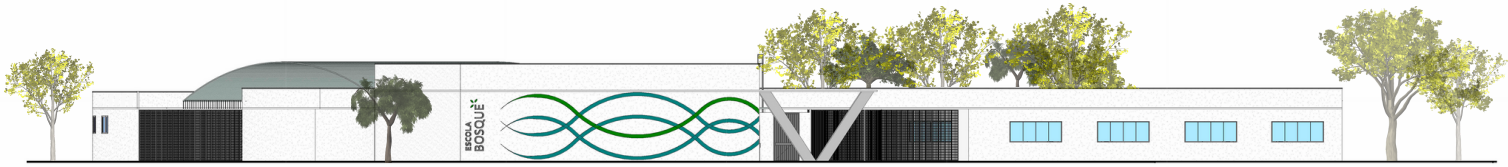
1 CORTE AA
ESCALA 1 : 150

2 CORTE BB
ESCALA 1 : 150

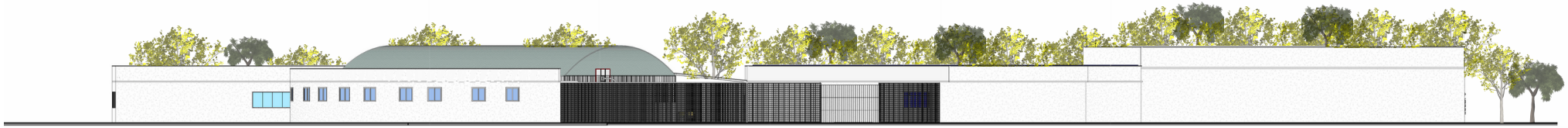
Fachadas



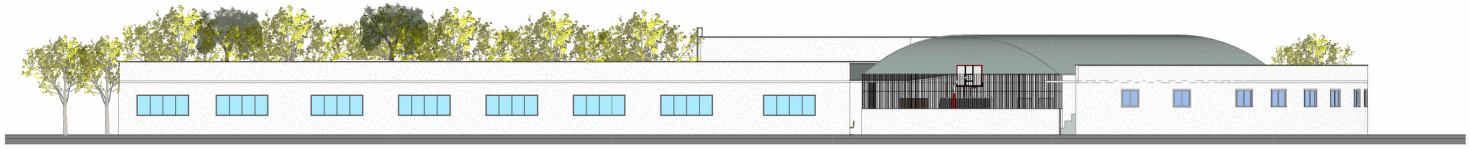
1 FACHADA NOROESTE
ESCALA 1 : 150



2 FACHADA NORDESTE
ESCALA 1 : 150



3 FACHADA SUDESTE
ESCALA 1 : 150



4 FACHADA SUDOESTE
ESCALA 1 : 150

ESCOLA
BOSQUE

BOSCO

ESCOLA
BOSQUE

Considerações finais

Apesar de talvez parecer simples a ideia de uma estrutura educacional, seja ela a modalidade que for, a concepção de um espaço que abrigará um público em seus primeiros anos de vida em sociedade exige uma responsabilidade. Tal responsabilidade torna-se um desafio maior ainda ao fazer um recorte sobre a Educação Especial.

Um ambiente pensado e concebido desde o seu início para o Atendimento Educacional Especializado é de suma importância para o desenvolvimento e progresso educacional de seu público alvo. Este trabalho busca ressaltar tais fatos e apresentar o início de desenvolvimento de um anteprojeto que atenda e acolha todas as demandas existentes além de criar um espaço que seja acolhedor e proporcione bem estar para todos os que frequentam.

Acredita-se que diante de todos os estudos elaborados, seja possível desenvolver de maneira coerente, adequada e alcançável uma proposta que possa servir de modelo para futuras instituições do gênero.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

DSM V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre, Artes Médicas, 2013

KOWALTOWSKI, Doris K. Arquitetura escolar: O projeto do ambiente de ensino. São Paulo, Oficina de Textos, 2011.

SARAIVA, Matheus A. Arquitetura Escolar Inclusiva Focada no Público com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Natal, 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2010.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Orientações Referentes ao Atendimento Educacional Especializado na SME. Goiânia, 2022.

GOIÂNIA, Aparecida. Secretaria de Educação. Levantamento dos Alunos da Educação Especial. Aparecida de Goiânia, 2022.

GOIÂNIA, Aparecida. Levantamento dos Alunos da Educação Especial Matriculados nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia. Aparecida de Goiânia, 2022.

SANTOS, Ivone R. Bases Teórico-Pedagógicas Do Atendimento Educacional Especializado Das Redes Públicas Municipais De Aparecida De Goiânia/GG E Cascavel/PR. Goiânia, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais Da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/aparecida-de-goiania.html>. Acessado em 24 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024. 20 de dezembro de 1961.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CÂMPUS
GOIÁS

UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS